

Posicionamento sobre Novo Ensino Médio de Maria Helena Guimarães de Castro, titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Estudos Avançados da USP Ribeirão Preto

Agosto de 2023

A **Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Estudos Avançados da USP Ribeirão Preto** está acompanhando as discussões acerca da proposta do Novo Ensino Médio no Ministério da Educação. Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio e lançou consulta pública, que teve como objetivo receber sugestões e ouvir a sociedade sobre o tema.

Para contribuir com as discussões, a Cátedra promoveu um ciclo de *webinars* com especialistas, pesquisadores e secretários de educação sobre o assunto. Após os encontros, elaboramos um documento recomendando ajustes infralegais nas diretrizes e normas, a fim de oferecer sugestões que possam apoiar um debate urgente, sério e necessário a respeito do futuro da juventude brasileira.

Após o debate com toda a sociedade, o MEC devolveu suas sugestões ao setor educacional. Neste contexto, a **Cátedra Instituto Ayrton Senna** considera que a nova proposta do MEC para o Novo Ensino Médio levanta alguns pontos de atenção, como:

Formação Geral Básica e Ensino Técnico: A retomada das 2.400 horas para a Formação Geral Básica (FGB), sendo 2200 horas para o estudante que optar pela formação técnica e profissional, pode gerar desigualdades na quantidade de horas cursadas da FGB entre os alunos. Restariam 600 horas para os percursos de aprofundamento e de 800 a 1000 horas flexíveis para a formação técnica e profissional, restringindo, por exemplo, a possibilidade de escolhas de diferentes percursos em escolas regulares de turno único, que contam com 3 mil horas letivas por ano.

Escolas de Tempo Integral: Na nova proposta, o MEC também indica que a possibilidade da expansão do técnico profissional deve ocorrer a partir da expansão da escola de tempo integral. Entretanto, o Brasil tem 15,1% de escolas da Educação

Básica em tempo integral, e a expansão depende de vários fatores. Essa ampliação é complexa, demorada, depende de recursos dos estados e pressupõe a possibilidade de o estudante cursar uma escola de tempo integral. Em muitos casos, os jovens já ingressam no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, não tendo, portanto, condições de cursar o Ensino Médio com o itinerário técnico em tempo integral. Assim, a proposta do MEC reduz a oportunidade de jovens que já ingressaram no mercado de trabalho cursarem o itinerário técnico profissional.

Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos: Outro ponto a destacar é em relação aos itinerários de aprofundamento. Na proposta do MEC, esses caminhos formativos devem focar em três grandes áreas: Linguagens, matemática e ciências da natureza; Linguagens, matemática e ciências humanas e sociais; e Formação técnica e profissional. Em nossa visão, essa ideia significa um retrocesso ao antigo Ensino Médio. Atualmente, a proposta de itinerários formativos e a flexibilização do Ensino Médio ocorre no mundo inteiro, e prevê principalmente uma formação ligada à Ciência, à Tecnologia, à Engenharia e à Matemática (o conhecido STEM), e também itinerários que integram Arte com Tecnologia. No Brasil, consideramos que seria interessante contar com um itinerário de Ciências e Matemática, um de Tecnologia, Matemática e Engenharias, um itinerário de Ciências Sociais Aplicadas e um de Humanidades e Linguagens, totalizando quatro oportunidades de trilhas integradas, como prevê a lei da reforma.

O mais importante, contudo, é assegurar a autonomia dos Estados em relação à definição dos itinerários e estabelecer um diálogo permanente com o Consed, responsável pela oferta de 84% do total de matrículas do Ensino Médio, para definir o ENEM a partir de 2024.

Na visão da Cátedra, a proposta anterior do Novo Ensino Médio apresenta um novo paradigma de ensino e aprendizagem, currículo, educação integral e formação integral dos jovens. Entretanto, esses pontos não aparecem na proposta recente do MEC. Ao contrário, consideramos que, a partir do documento atual, o Ministério revive a ideia de ensino disciplinar, já que sugere a inserção novamente

de 12 disciplinas ao currículo, promovendo a fragmentação curricular. Isso contraria o defendido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece a educação integral como um direito dos estudantes e promove maior conexão entre os saberes.

Na prática, este modelo promove uma enorme fragmentação do Ensino Médio, modelo que já é sabido não ter bons resultados, de acordo com a experiência passada. Consideramos que o maior problema do Ensino Médio no Brasil é exatamente a fragmentação curricular, a superficialidade dos currículos e o fato do estudante não ter a condição de se aprofundar em nenhum tema, aspectos que desmobilizam os jovens em relação à escola e não abordam as escolhas dos estudantes e seus projetos de vida. Em nossa opinião, nova proposta do MEC retoma essa ideia.

Seguimos à disposição para a colaboração com a sociedade em relação ao tema e esperamos que educadores e órgãos educacionais continuem em diálogos permanentes para que seja apresentada uma proposta mais viável e conectada com os anseios dos jovens e os desafios do século 21.

Sobre a Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Estudos Avançados da USP Ribeirão Preto

A Cátedra Instituto Ayrton Senna de Inovação em Avaliação Educacional no Instituto de Estudos Avançados da USP, no polo Ribeirão Preto, é uma parceria entre as duas organizações que tem como objetivo impulsionar o debate sobre o tema no Brasil e colaborar com outras discussões educacionais atuais. A cadeira universitária compõe o ecossistema de inovação do Instituto Ayrton Senna, fazendo parte do conjunto de cátedras e grupos de pesquisa comprometidos em embasar com ciência as ações e posicionamentos da organização.

A Cátedra tem como titular **Maria Helena Guimarães de Castro**, uma das maiores especialistas do Brasil em políticas públicas e avaliações educacionais. Em sua trajetória, atuou como Secretária –Executiva do Ministério da Educação, presidente do Inep e Secretária Nacional de Educação Superior, presidente do Conselho Nacional de Educação, entre outros cargos públicos. Atualmente é parte

do Conselho Nacional de Educação e presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE).